

O IMAGINÁRIO E A ICONOGRAFIA MONETÁRIA

Claudio Umpierre Carlan*

Resumo: nessa comunicação, analisaremos as representações monetárias, cunhadas pelos imperadores romanos do quarto século cristão, que pertencem a Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, maior acervo monetário da América Latina. Importante coleção arqueológica brasileira, ainda pouco explorada.

Palavras-chaves: moedas, império, ideologia

THE IMAGINARY MONETARY AND ICONOGRAPHY

Abstract: the paper aims at studying a secondary role the raw material and even the ideological concerns, so important ideologically. The numismatic collection stored at the National Historical Museum at Rio de Janeiro, Brazil, serves to show how images were used as propaganda for imperial rule.

Key-words: coins, empire, ideology.

* Pós Doutorando em Arqueologia NEPAM / Unicamp; Doutor em História Cultural (Antiga) pela Unicamp, professor adjunto de História Antiga da Universidade Federal de Alfenas (Unifal \ MG), pesquisador associado ao Grupos Arqueologia Histórica da Unicamp. E-mail: claudiocarlan@yahoo.com.br

Introdução

Durante boa parte do século III, principalmente no governo de Aureliano (270-275), há uma tentativa de restabelecer as finanças e o equilíbrio econômico. As oficinas de cunhagem, para facilitar a circulação das moedas, são multiplicadas. Porém, serão fechadas em seguida, para que se faça uma redistribuição do manancial monetário, há revoltas. Para regularizar a situação só se admite a moeda emitida pelo Estado, suprimindo o direito do Senado de fiscalizar esta produção. A alta dos preços eleva-se a 1000 %. Os cidadãos recusam-se a aceitar essas novas medidas, tanto que uma sublevação irá explodir, em Roma no ano 273, na qual os trabalhadores da Casa da Moeda (*monetarii*), apoiados pelas camadas inferiores da população, matam cerca de 7000 soldados das forças de repressão.

Após o assassinato do imperador Numeriano (283-284), *Caius Aurelius Valerius Diocles Diocletianus*, Diocleciano (245 – 313), nascido perto de Salona (hoje Split ou Spalato, cidade e porto da Croácia) foi proclamado imperador por seus soldados. Seu pai era um liberto da Dalmácia (litoral da Croácia). Para evitar um fim igual ao de seus antecessores, tratou de apoiar-se em elementos de sua confiança e do mesmo mundo social.

No ano de 286, Diocleciano inicia uma série de reformas que, por algum tempo, restaura a ordem. Inicialmente é instalada uma *diarquia* (governo de dois) ao lado de Maximiano (285/286-305), amigo pessoal e colega de armas.

O sistema de diarquia é ampliado para tetrarquia. Para evitar futuras revoltas, escolhe elementos da mesma origem e camada social: Galério (305-311), seu adjunto, guardara gado nos Cárpatos; Constâncio Cloro ajudante de armas de Maximiano. Eles e seus sucessores escolheram auxiliares de passado idêntico.

O Imaginário e a Iconografia Monetária..

Numa tentativa de restabelecer o poder da economia romana, Diocleciano realiza, ou pelo menos tenta fazê-lo, uma reforma econômico-administrativa. Além de emitir moedas de ouro e prata, coloca em circulação peças divisionárias de bronze, com tenuíssimo invólucro de prata, que servem para as operações quotidianas, conhecidas como *folles*. Em 301, os tetrarcas tentaram através de um edito, *Edictum Diocletiani et Collegarum de pretiis rerum venalium*, ou Edito Máximo de Preços, restabelecer a economia do Império.

Também nesse período as casas de cunhagem são ampliadas, a fim de satisfazer as obrigações da tetrarquia e as necessidades do comércio: obras públicas, aumento do efetivo militar e civil. Para isso, novas peças começam a circular com letras, na parte inferior do *reverso* da moeda, conhecida por *exergo*. Quando visível, podemos identificar o nome (espécie de sigla) do local da cunhagem¹.

Com Diocleciano, tem início um dos programas de reformas mais importantes da História Romana, com o advento da restauração do Império. O Estado foi transformado em uma monarquia absoluta, em que o imperador possuía a autoridade máxima, baseada na escravidão, na servidão dos camponeses livres, na burocracia estatal e no exército. Como modelo, Diocleciano copiou as monarquias orientais, nas quais tudo o que cercava o rei era considerado sagrado.

A sucessão da Tetrarquia: guerras civis

Passado os 20 anos de governo, os candidatos a César foram pré-escolhidos por Diocleciano. O ano 305 marcou o final da primeira tetrarquia

¹ FUNARI, Pedro Paulo. CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Coleção Textos Didáticos n. 62. Unicamp: IFCH \ Unicamp, 2007, p. 31.

Cláudio Umpierre Carlan

com a renúncia dos *Augusti* Diocleciano e Maximiano. Dessa forma, os dois *césares* ascenderam à categoria de *Augustus*, e dois oficiais ilírios foram nomeados seus auxiliares. A segunda tetrarquia ficou formada com: Constâncio Cloro e Severo II (ou Severo Augusto), no ocidente; Galério e Maximino Daia (ou Daza), sobrinho de Galério, no oriente.

O grande problema criado por essa ordem de sucessão era a situação dos filhos, legítimos ou não, dos governantes. Constantino filho de Constâncio Cloro e Helena, (mais tarde Santa Helena), e Maxêncio (filho de Maximiano) não aceitaram ser afastados do poder. O próprio Maximiano não aceitou o afastamento, retornando, em 306, ao cenário político.

Depois da morte de Galério em 311, quatro imperadores disputam o poder: Constantino, Maximino Daia, Maxêncio e Licínio. A guerra entre eles torna-se inevitável. Licínio e Maximino se enfrentavam no Oriente, enquanto Constantino e Maxêncio, no Ocidente. Em um primeiro momento, Licínio e Maximino fizeram um acordo. Em 313, Licínio casa-se com a meia-irmã de Constantino, Flávia Júlia Constantina, com quem teve um filho, Licínio II. Por razões políticas, volta-se contra Maximino Daia, derrotando-o no mesmo ano. Maximino foi condenado a morte. Assim sendo, o Oriente voltou a ter um único senhor.

Na tentativa de consolidar o seu domínio na parte Ocidental do Império, Licínio prepara seu exército contra Constantino I. O Imperador do Oriente dispensou seus funcionários pessoais e os demais legionários da política de tolerância imposta por Constantino. Segundo Eusébio de Cesareia, biógrafo oficial e amigo pessoal de Constantino, Licínio tornar-se-á um perseguidor. Todos os elogios feitos ao Imperador do Oriente, são retirados das obras de Eusébio.

Constantino e seus herdeiros

Apesar de não retornar à antiga forma de governo de que seu pai fez parte, Constantino limitou-se, dois anos antes de sua morte, a partilhar o governo dos territórios em cinco partes: três, as maiores, seriam entregues a seus três filhos; as outras duas, a três de seus sobrinhos. Ou seja: coube ao filho mais velho, Constantino II, a Bretanha, a Gália e a Espanha; Constâncio II ficou com a rica parte oriental do Império que, desde 333, governava como César em Antioquia; o mais jovem, Constante, ficou com a Itália, a África e a Panônia. Os primos Flávio Júlio, Dalmácio e Anibaliano ficaram, respectivamente, com os Bálcãs e a Ásia Menor.

No campo econômico, com o intuito de controlar a inflação, o Imperador criou uma nova moeda de ouro, *solidus*, diminuindo o peso do *aureus* (antiga moeda de ouro). Essa moeda teve a primeira cunhagem em 310 e conseguiu estabilizar rapidamente o sistema monetário. O *solidus* circulava só entre a elite política-econômica, e não entre as classes mais baixas, que continuavam utilizando moedas de bronze, cobre ou prata, que eventualmente, sofriam as devidas desvalorizações.

Em 324, é cunhado o *miliarensis*, de prata, que poderia chegar ao valor de 1/12 do *solidus aureus*. Quanto à massa em circulação, é constituída por espécies de cobre e bronze, de peso variável.

Apoderou-se dos tesouros do antigo rival, Licínio, mas, dois anos mais tarde, a maior parte das casas monetárias, fundadas por Diocleciano, eram fechada. Em 332, graças ao confisco dos bens dos templos pagãos, foi possível reabri-las.

As tropas romanas atravessaram o Reno e o Danúbio, ao longo de cujos cursos se reconstruiria uma sólida defesa. Tanto que as melhores representações da numária romana sobre as fortificações são,

Cláudio Umpierre Carlan

respectivamente, as de Constantino, as das portas de Trêves contidas nas moedas de um sólido, e a de seu filho e sucessor, Constâncio II. Da época deste último, há dezessete peças no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, que reproduzem a imagem das portas de Londres.

A Mesopotâmia é reconquistada e o Império Sassânida é obrigado a ceder territórios além-Tigre. No Oriente, Roma nunca avançara tão longe. Como exemplo, podemos citar os combates travados entre Constâncio II e Sapor II, nos quais o Imperador Romano obteve os mais variados resultados. Tais combates estão representados nas moedas existentes nos lotes de números 26 e 27 do Museu Histórico Nacional, onde aparece a figura de Constâncio, à esquerda de quem observa, de armadura, a cavalo, derrotando um inimigo, que aparece de joelhos, com os braços levantados, como se estivesse suplicando misericórdia. Apesar de a moeda estar um pouco deteriorada pelo tempo, nota-se, que a imagem central do imperador romano — que é o centro do poder — sempre aparece maior que a do persa. Através da análise desse pequeno objeto de bronze, cujo diâmetro é de 2,5mm, e o peso, de pouco mais de 4 gramas, podemos destacar também a crescente importância da cavalaria, representada aqui pela personificação de Constâncio.

A riqueza iconográfica dessa fase é muito bem representada nas medalhas e moedas romanas, pois, segundo Nieto Soria, ocorre uma exaltação à pessoa, na figura do monarca, da própria política real. Uma espécie de propaganda, de comunicação, de que todos os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento, através da visualização das peças, legitimando o poder temporal. Isto também explica as várias cidades, espalhadas por todo o território, onde tal cunhagem era feita .

O Imaginário e a Iconografia Monetária..

A experiência vinha provando quão insuficiente era o antigo exército, bem como sua inadaptação às novas condições da guerra agora impostas pelos adversários. Assim sendo, o exército foi aumentado e, ao mesmo tempo, alterada a sua estrutura.

O ideal romano continua sendo o do Estado estabilizado, visando à proteção da totalidade do território. Depois das lutas vencidas pelo então César Juliano, restabelecendo as fronteiras ao longo do Reno e do Danúbio contra os alamanos, começa a ser realizada uma obra sistemática e de suma importância, sobretudo no tempo de Valentiniano I. Sem voltar ao método dos entrincheiramentos contínuos, multiplicam-se, em relação com as estradas e os rios, as torres, os fortins, os castelos e os campos, seguindo uma técnica que o contato com os persas torna mais apurada: padrões orientais são transferidos para o Ocidente. Do mesmo modo, mantêm-se e aperfeiçoam-se as muralhas urbanas: perante os bárbaros, dotados de rudimentares técnicas bélicas de assédio, as cidades constituem redutos quase inexpugnáveis.

Outra questão importante é a chamada “barbarização” do império. Os numerosos cativos e grupos étnicos que pedem asilo são instalados em território romano, a fim de repovoar e recultivar regiões em que a mão de obra é rara. Trata-se dos chamados letos ou gentios, que a administração deve manter sob vigilância, e cujos filhos são agora obrigados, como filhos de soldados, a entrar no exército. Outros gozam do regime de federados e fornecem contingentes organizados à sua maneira, comandados pelos seus chefes. O exército chamado romano deixa de ser notável instrumento de romanização, perdendo assim umas de suas principais características.

Durante esse período, os imperadores empenham-se em anular o privilégio de sangue, ou seja, os antigos líderes senatoriais são afastados dos comandos das legiões; o que Constantino consegue durante o seu governo,

Cláudio Umpierre Carlan

separando as funções civis das militares. A principal conquista social do século III mantém-se no século IV, isto é, a atribuição dos postos e a própria promoção baseadas apenas no mérito. Essa mudança foi influenciada principalmente pela necessidade de ser mantida a ordem política, pois temia-se que a ambição da classe senatorial incentivasse a tropa contra o governante. Isso leva Constâncio II a nomear apenas um único oficial para o comando da infantaria e da cavalaria, no Oriente, *o magister equitum et peditum per Orientum*.

Os imperadores continuam sendo aclamados pelas tropas e, no século IV, se não levam seus deveres militares a sério, seu poder é efêmero. Muitas vezes, como nos casos de Juliano e Valentiniano I, devem a proclamação às provas previamente dadas de seu valor militar e não se afastam do exército, participam das expedições e arriscam a vida, no caso de Juliano contra os persas, perdendo-a.

Mas, apesar de o inimigo figadal dos romanos ser Sapor II, o verdadeiro e terrível perigo tem outra proveniência.

No ano de 350, quando Magnêncio é aclamado imperador, Constâncio leva um rei alamanco a atravessar o Reno, numa manobra para despistar as tropas do usurpador, que iria tentar a sorte na Panônia (atual Hungria ocidental) e na Itália. As dificuldades tendem a aumentar quando todo o nordeste da Gália é invadido. Constâncio é obrigado a associar seu primo Galo ao poder, na função de César. Alguns anos mais tarde, Galo seria acusado de traição, e condenado à morte, numa intriga palaciana realizada pelo eunuco Eusébio, que exercia grande influência sobre as decisões do imperador. Condenado pelas circunstâncias do sistema colegial, o Baixo Império sofria os seus inconvenientes.

Considerações Finais

Uma das atribuições da Arqueologia moderna é fazer uma leitura, ou releitura, da iconografia. Analisa –se o papel das imagens na construção do conhecimento histórico e arqueológico. Assim sendo, podemos inserir a moeda nessa última fase, que, durante muito tempo, ficou confinada a reservas técnicas dos museus, sendo apenas um objeto de conservação, não de pesquisa.

O autor ainda afirma que para conhecermos melhor o mundo romano, dispomos de diversas fontes de informações como: documentos escritos, objetos, pinturas, esculturas, edifícios, moedas, entre outros².

Para Florenzano, a moeda é a imagem reduzida de uma idéia, que tem os seus objetivos ideológico e políticos, não apenas comerciais. Por este motivo os grandes depósitos monetários eram feitos em templos, santuários ou locais sagrados. Pois a imagem do reverso possuía um poder de afastar o mal. E a moeda falsa tinha um poder maligno sendo assim evitada³.

Com frequência, o tipo monetário de reverso mostra determinada representação. Ainda que o seu significado, indicado pela legenda que acompanha e pelo tipo do anverso, possa aparecer como uma interpretação original em relação ao modelo, muitas vezes tipos monetários e modelo têm o mesmo sentido.

² FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada*. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002, P. 29.

³ FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. “O Outro Lado da Moeda” na *Grécia Antiga*. In: “O Outro Lado da Moeda”. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2001, P. 59.

Cláudio Umpierre Carlan

Por isso os dois lados de uma moeda devem sempre ser observado com muita atenção, o que procuramos fazer aqui agrupando-as por tipos monetários, de modo a iluminar a complexidade do tema.

A cunhagem monetária associada ao retrato e à propaganda configurava dois aspectos intimamente ligados em Roma. As moedas, por sua vez, associavam-se a um e a outro, também em forma muito íntima. Elas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Em suma, as moedas configuravam significados, mensagens, do emissor para seus governados. Continham símbolos que deveriam ser entendidos ou decifrados pelo receptor.

Agradecimentos:

Aos colegas dos CPA – Unicamp, em especial ao amigo de longa data Glaydson José da Silva pela oportunidade de trocarmos ideias; a Pedro Paulo Funari, Margarida Maria de Carvalho, Ciro Flamarion Cardoso, Norma Mendes, Maria Beatriz Florenzano, André Leonardo Chevitarese, Vera Lúcia Tostes, Rejane Vieira, Eliane Rose Nery.

A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

O Imaginário e a Iconografia Monetária..

Fontes Numismáticas

Moedas dos Imperadores Diocleciano, Constantino I, o grande e Constâncio II. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Medalheiro 3, gaveta 19, lâmina 3, fotografadas em março de 2005.

Fontes Impressas

EUSEBIUS PAMPHILI, Bispo de Cesaréa. *De Vita Constantini*. V. 7. Lib. I. Leipzig: Texto da Edição I. A. Heikel, 1902.

LACTÂNCIO. *De Mortibus Persecutorum*. Paris: Ed. J. Moreau, 1954.

Catálogos

MUSEU NACIONAL D'ARTE DE CATALUNYA. Guia del Gabinet Numismàtic de Catalunya. Dirigida por Marta Campo. Barcelona: MNAC, 2007.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.

Referências bibliográficas

BASTIEN, Pierre. HUVELIN, Hélène. *Trouvaille de Folles de la Période Constantienne (307-317)*. Belgique: Éditions Cultura Wetteren, 1969.

BRUUN, Patrick. *Studies in Constantinian Numismatics*. Papers from 1954 to 1988. Acta Instituti Romani Finlandiae. V. 12. Rome: Illus, 1991.

DEPEYROT, G. *Economie et Numismatique (284-491)*. Paris: Errance, 1987.

Cláudio Umpierre Carlan

SILVA, Gilvan Ventura. MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. “O Outro Lado da Moeda” na Grécia Antiga. In: “O Outro Lado da Moeda”. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Coleção Textos Didáticos n. 62. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada*. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.